

ACESSO À UNIVERSIDADE

Ações afirmativas na UnB: acesso avançou, mas permanência ainda é desafio

Professora Cláudia Alves, única docente negra do Departamento de Psicologia Clínica, defende políticas de apoio financeiro, representatividade e combate ao racismo para garantir que estudantes concluam a graduação

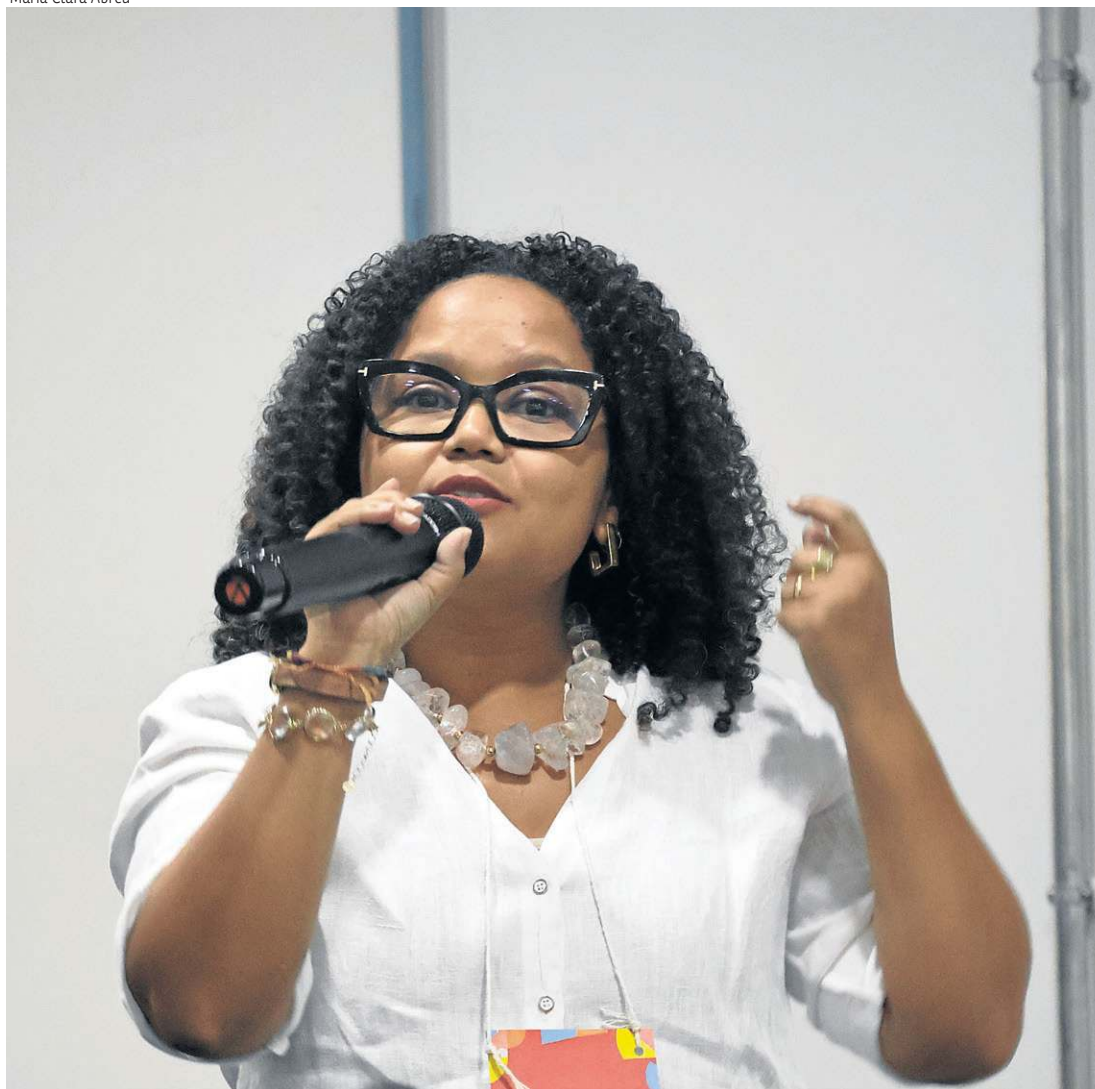
» AMANDA S. FEITOZA

Entrear na universidade é uma conquista, mas não significa que todos os estudantes encontrem condições para permanecer nela. Para quem pertence a grupos historicamente excluídos do ensino superior, a trajetória acadêmica pode envolver dificuldades financeiras, discriminação e a falta de referências entre os professores. Na Universidade de Brasília (UnB), a professora Cláudia Alves conhece de perto um dos lados desse desafio: ela é a única docente negra do Departamento de Psicologia Clínica e Cultura.

A pouca representatividade entre os professores é uma das questões que atravessam a discussão sobre ações afirmativas na universidade. Para Cláudia, que organizou a Jornada Acadêmica do Programa de Educação Tutorial (PET) de Psicologia, realizada na última quarta-feira, democratizar o ensino superior exige mais do que garantir vagas a pessoas negras, indígenas, quilombolas, trans e com deficiência. É preciso criar condições para que esses estudantes concluam os cursos, se sintam parte da instituição e também possam ocupar posições de docência. “Ela já está muito solidificada enquanto acesso, mas a permanência a gente ainda precisa ter passos importantes dados”, afirma a professora.

Com o tema Ações Afirmativas no Ensino Superior: garantia de direitos e democratização da universidade, o encontro reuniu estudantes, professores e pesquisadores para discutir os avanços e os desafios dessas políticas.

Maria Clara Abreu



Na UnB, a presença de Cláudia Alves tem um significado que vai além de sua atuação em sala de aula

Mais do que debater a entrada de grupos historicamente afastados das universidades, a jornada colocou em pauta o que acontece depois da aprovação no processo seletivo: como esses alunos são recebidos, quais obstáculos enfrentam e que espaço encontram para construir suas trajetórias.

Desafio após aprovação

A reserva de vagas é resultado de uma longa mobilização de movimentos sociais, lembra Cláudia. A professora destaca a atuação dos movimentos negro e indígena na reivindicação do direito à educação superior e avalia que as ações afir-

mativas fazem parte de uma discussão mais ampla sobre democracia. “Discutir as ações afirmativas hoje, no contexto em que a gente discute o processo de democratização do país, a defesa do processo democrático no país, envolve também a gente pensar o processo democrático dentro da universidade”, diz.

A conquista do acesso, porém, não elimina as dificuldades que podem comprometer a formação. Bolsas e auxílios financeiros são importantes para ajudar estudantes a se manter na universidade, mas, segundo Cláudia, a permanência também depende de enfrentar o racismo, o sexismo e outras formas de discriminação no ambiente acadêmico.

As condições de transporte, o tempo disponível para estudar e a possibilidade de conciliar a formação com outras necessidades também entram nessa conta. Por isso, a professora defende mudanças que considerem a realidade dos alunos e permitam que eles participem da vida universitária sem precisar enfrentar, além das exigências acadêmicas, situações constantes de exclusão. “Precisamos construir outras lógicas de educação dentro da universidade que permitam que esses estudantes sejam reconhecidos nas suas realidades, que eles tenham espaço para falar e se sentir pertencentes também”, afirma.

A doutoranda Neiva de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da UnB, ressalta que as políticas afirmativas também precisam reconhecer o conhecimento que os estudantes levam para a universidade. Para ela, as cotas raciais não se limitam a corrigir desigualdades no acesso: também representam uma forma de reparação histórica. “Essa população não chega aqui vazia. Elas chegam com seus saberes, as suas trajetórias, que agregam muito ao espaço acadêmico também”, afirma.

A pesquisadora defende que a discussão sobre permanência alcance todos os níveis da formação universitária, da graduação à